



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**



240

HABEAS CORPUS Nº: **0203892-4**

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº **001.2008.014169-3**

COMARCA : Recife – 2ª Vara dos Crimes Contra Criança e Adolescente

IMPETRANTE : Guilherme Arruda de Oliveira

PACIENTE : Manoel Sérgio de Bezerril Beltrão

PROCURADORA : Eleonora de Souza Luna

RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira

**EMENTA**

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*.  
REITERAÇÃO DO PEDIDO. INADMISSIBILIDADE.

I – É defeso ao impetrante reiterar pedido dantes apreciado, salvo na hipótese de fato superveniente à impetração julgada anteriormente, o que incorre no caso em julgamento.

II – Ordem não conhecida. Decisão Unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Habeas Corpus nº 0203892-4**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade de votos, em não conhecer da ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 06 de janeiro de 2010.

  
**Desª. Alderita Ramos de Oliveira**  
**Presidente / Relatora**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**



**241**

**HABEAS CORPUS Nº: 0203892-4**  
**AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 001.2008.014169-3**  
**COMARCA** : Recife – 2ª Vara dos Crimes Contra Criança e Adolescente  
**IMPETRANTE** : Guilherme Arruda de Oliveira  
**PACIENTE** : Manoel Sérgio de Bezerril Beltrão  
**PROCURADORA** : Eleonora de Souza Luna  
**RELATORA** : Desª. Alderita Ramos de Oliveira

**RELATÓRIO**

O Bel. **Guilherme Arruda de Oliveira** impetrou ordem de *Habeas Corpus* liberatório, sem pretensão liminar, em favor de **Manoel Sérgio de Bezerril Beltrão**, alegando que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal em virtude de prisão preventiva decretada em desfavor do acusado no âmbito do processo-crime nº 001.2008.014169-3 a que o mesmo responde perante o Juízo de Direito da 2ª Vara dos Crimes contra Criança e Adolescente da Capital, pela prática do crime capitulado no art. 159, §1º<sup>1</sup>, c/c o art. 70<sup>2</sup>, ambos do Código Penal, ao argumento de que a precitada decisão é nula de pleno direito por haver sido proferida por Juízo incompetente para processar e julgar o feito sob apreço.

A inicial veio acompanhada com os documentos de fls. 13/42.

**1 Extorsão mediante seqüestro**

**Art. 159** – Seqüestrar pessoa com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição ou preço do resgate.

§1º - Se o seqüestro dura mais de 24 (vinte e quatro) horas, se o seqüestrado é menor se 18 (dezoito) ou maior de 60 (sessenta) anos, ou se o crime é cometido por bando ou quadrilha:

**Pena** – reclusão, de 12 (doze) a 20 (vinte) anos.

**2 Concurso formal**

**Art. 70** - Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade. As penas aplicam-se, entretanto, cumulativamente, se a ação ou omissão é dolosa e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos, consoante o disposto no artigo anterior.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**



**242**

Em decisão interlocutória de fls. 50/51, indeferi o pleito liminar, solicitando informações à autoridade apontada coatora, que as prestou às fls. 55/56.

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dr<sup>a</sup>. Eleonora de Souza Luna, ofereceu parecer opinando pela denegação da ordem (fls. 59/61).

É o relatório.

Recife, 06 de janeiro de 2010.

  
**Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira – Relatora**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira  
Terceira Câmara Criminal



HABEAS CORPUS Nº: **0203892-4**  
AÇÃO ORIGINÁRIA Nº **001.2008.014169-3**  
COMARCA : Recife – 2ª Vara dos Crimes Contra Criança e Adolescente  
IMPETRANTE : Guilherme Arruda de Oliveira  
PACIENTE : Manoel Sérgio de Bezerril Beltrão  
PROCURADORA : Eleonora de Souza Luna  
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira

**VOTO**

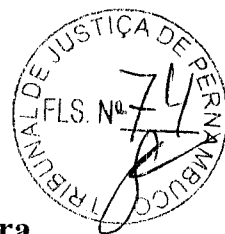
Cuida-se de *Habeas Corpus* liberatório em que o impetrante alega a nulidade da decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, ao argumento de ter sido proferida por autoridade incompetente, uma vez que a 2ª Câmara Criminal deste Sodalício, no julgamento do *Habeas Corpus* nº 189706-9, reconheceu a incompetência absoluta do Juízo da 2ª Vara Criminal do Recife, determinando a remessa dos autos à Vara especializada dos Crimes Contra a Criança e Adolescente.

Observo, de logo, que o objeto da presente impetração constitui reiteração de pedido, porquanto já foi apreciado pela 2ª Câmara Criminal deste Sodalício, no julgamento do *Habeas Corpus* nº 189706-9, datado de 12 de agosto de 2009, Relatora Desª. Helena Caúla Reis, cuja decisão unânime restou assim ementada, *verbis*:

**"CONSTITUCIONAL, PENAL E PROCESSUAL PENAL.  
HABEAS CORPUS. EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO.  
UMA DAS VÍTIMAS MENOR DE IDADE. ALEGAÇÃO DE  
INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO DE VARA CRIMINAL NÃO  
ESPECIALIZADA, QUANDO HÁ, NA COMARCA, VARA DE  
CRIMES CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE.  
DESIDERATO DE ANULAÇÃO DO PROCESSO, COM  
CONSEQUENTE LIBERDADE DO PACIENTE.  
SUSPENSÃO DO FEITO POR IMPERATIVO DE ORDEM**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira  
Terceira Câmara Criminal



244

**PÚBLICA. PRISÃO PROVISÓRIA QUE SE AFIGURA LEGAL, PORQUANTO EXARADA EM PLANTÃO JUDICIÁRIO (ART. 3º DA RESOLUÇÃO 217/2007). ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA, PARA SUSPENDER O FEITO, REMETENDO-O AO JUÍZO COMPETENTE."**

Atente-se que na ordem anteriormente impetrada foi discutida a alegada nulidade da prisão preventiva, em decorrência da incompetência do juízo, tal como assentado no julgado acima transcrito.

Sobre a questão, a douta Procuradoria de Justiça, em seu judicioso parecer, pronunciou-se nos seguintes termos, *verbis*:

*"(...) Embora se trate da mesma pessoa física, da mesma Juíza de Direito, as jurisdições são diversas. O Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca do Recife foi considerado incompetente para o recebimento da Denúncia e prática de quaisquer atos processuais, no então o Juízo do Plantão Judiciário tem competência para decretar prisão preventiva na Comarca do Recife nos casos que se lhe apresentem durante o Plantão Judiciário.*

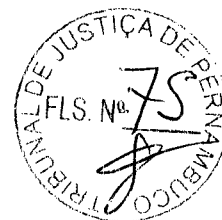
*Dessa maneira, não se decidiu no Acórdão que determinou a incompetência do Juízo da 2ª Vara Criminal que o Juiz de Direito do Plantão Judiciário era incompetente. Ao contrário. Segundo o voto da Relatora do HC nº 189706-9, fls. 35, textualmente, a Desembargadora Helena Caúla Reis assim se pronunciou:*

*'Compulsando os autos, tenho que a prisão preventiva do paciente foi decretada durante o **Plantão Judiciário**, por meio de decisão fundamentada (fls. 17/13) da lavra da Magistrada titular da 2ª Vara Criminal da Comarca do Recife. A prisão afigura-se, nesse ponto, legal'. (...)"*

Vê-se, pois, que há obstáculo intransponível ao conhecimento do presente writ, eis que a prestação jurisdicional vindicada na peça de ingresso foi outorgada, anteriormente, carecendo o impetrante, por conseguinte, de interesse de agir.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**



245

Nessa linha de raciocínio, o Superior Tribunal de Justiça, sedimentou entendimento, *verbis*:

***“Processual Penal. Habeas Corpus. Reiteração pelo pleito anterior. Inadmissibilidade. Em sede de habeas corpus é inadmissível a formulação de pleito já apreciado e decidido em anterior impetração, salvo na hipótese de apresentação de novos fatos ou fundamentos jurídicos” RSTJ 68/113-4.***

Ante o expendido, não conheço da ordem, por se tratar de evidente reiteração de pedido anteriormente formulado e denegado.

Recife, 06 de janeiro de 2010.

  
**Desª. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora**